



Município de Santarém
CÂMARA MUNICIPAL

Departamento de Gestão Territorial e Planeamento
Divisão de Planeamento e Projetos

Qualificação do largo Ramiro Nobre e da rua Dr. Mendes Pedroso

projeto de execução
arquitetura paisagista

memória descritiva e justificativa

Índice

1. Enquadramento -----	03
2. Caracterização da situação existente -----	04
2.1. Integração na envolvente	
2.2. Características e condicionantes	
2.3. Bolsa de estacionamento	
2.4. Vivências	
3. Programa base e faseamento do projeto -----	09
4. Descrição e justificação das soluções adotadas -----	10
4.1. Aspetos gerais	
4.2. Descrição geral das soluções adotadas	
4.3. Intervenção em acesso a propriedade particular	
4.4. Lugares de estacionamento de veículos	
4.5. Viabilidade de acesso de veículos a propriedades particulares	
4.6. Pavimentos	
4.7. Árvore em caldeira	
4.8. Mobiliário urbano	
5. Peças desenhadas -----	16

1. Enquadramento

A presente memória descritiva e justificativa é parte integrante do projeto de espaços exteriores para a qualificação de um conjunto urbano, localizado na zona poente do Centro Histórico de Santarém, que integra um pequeno vazio fronteiro à igreja de S. Nicolau – largo Ramiro Nobre, um estreito arruamento que lhe dá acesso, confinante, em parte, com a fachada lateral direita da igreja – rua Dr. Mendes Pedroso e uma pequena área de um acesso a um logradouro particular que se propõe integrar na intervenção. O conjunto dos espaços a intervir apresenta cerca de 715m².

Certamente devido à presença e proximidade à igreja, tanto o largo como a rua já assumiram, respetivamente, o topónimo de largo de S. Nicolau e travessa de S. Nicolau, designação pela qual são conhecidos com frequência na cidade.

Antes da recente reorganização administrativa, a área de intervenção situava-se na freguesia de S. Nicolau, designação que derivava da antiga divisão paroquial que organizou a cidade durante um longo período da sua história. Com a agregação das freguesias urbanas da cidade em 2013, as áreas a intervir passaram a integrar a União de Freguesias da Cidade de Santarém.

Em termos de enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, as áreas encontram-se inseridas em área urbana consolidada e em área urbana a preservar, assim como na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Planalto de Santarém.

Quanto a servidões administrativas, os locais a intervir encontram-se integrados no Centro Histórico de Santarém, em vias de classificação, na Zona Especial de Proteção (ZEP) da Varanda Renascença, classificada como Imóvel de Interesse Público e na ZEP da igreja de S. Nicolau, que alberga na capela de S. Pedro, anexa à sua fachada esquerda, o túmulo de Fernão Rodrigues Redondo e em capela no interior da própria igreja, o túmulo de João Afonso. Ambos os túmulos, encontram-se classificados como Monumento Nacional.

Nas publicações da candidatura de Santarém a Património Mundial ¹ encontram-se também identificados, em termos patrimoniais, na área a intervir, um painel de azulejo existente na fachada do n.º 11 da rua Dr. Mendes Pedroso, assim como, junto ao extremo nascente da área de intervenção, na rua Capelo e Ivens, um oratório existente na fachada testeira da igreja de S. Nicolau, classificado como Imóvel de Interesse Municipal.

O presente projeto encontra-se integrado no conjunto de operações urbanísticas de requalificação urbana que o Município de Santarém pretende levar a efeito na área do Centro Histórico, no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) que integra o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) aprovado para Santarém.

¹ Custódio *et al.* (1996) *Património Monumental de Santarém Inventário – Estudos Descritivos*

2. Caracterização da situação existente

2.1. Integração na envolvente

O largo e a rua localizam-se numa zona do Centro Histórico de relevante valor patrimonial, caracterizada por vias de perfil estreito e espaços públicos de dimensão reduzida, intrincados no denso edificado que ocupou esta área do planalto.

O largo inscreve-se numa área urbana, que podemos equiparar a um extenso quarteirão, cujos limites são estabelecidos por troços dos principais eixos urbanos do Centro Histórico, designadamente: rua Teixeira Guedes a norte, rua João Afonso a sul, largo Cândido dos Reis a poente e rua Capelo e Ivens a nascente. Este quarteirão é entrecortado por estreitas ruas, travessas e becos que ligam os pequenos vazios públicos da área, aos referidos eixos.

Na maioria das artérias desta zona só é possível circular com veículos ligeiros, uma vez que grande parte das vias não apresenta largura física ou espaço de manobra suficiente para o acesso de pesados. Nalguns arruamentos, como é o caso da rua Dr. Mendes Pedroso, este contexto de dificuldade de acessos, conjugado com a necessidade de garantir o direito de acessibilidade de veículos ao interior de determinadas propriedades particulares, leva a que tenha que ser permitido o trânsito de veículos nos dois sentidos, quando a via só apresenta condições para a circulação num sentido e com várias condicionantes.



Figura 1. Localização da área de intervenção sobre extrato do ortofotomapa (CMS 2007)

2.2. Características e condicionantes

A igreja de S. Nicolau, considerada uma das mais antigas igrejas edificadas em Santarém, conjuntamente com as capelas, sacristias e dependências que lhe são anexas, formam um bloco edificado que terá sido estruturante na definição dos espaços urbanos envolventes, designadamente na orientação e traçado da rua Dr. Mendes Pedroso e na configuração do largo fronteiro à igreja, hoje desprovido não só da sua função de adro, mas também da centralidade que outrora teria no contexto da cidade.

De acordo com a cartografia da evolução urbana da cidade, que integra as publicações da candidatura de Santarém a Património Mundial ², a consolidação dos espaços a intervir, com formas mais ou menos semelhantes às que nos chegaram aos dias de hoje, remonta ao período medieval. Esta génese poderá justificar a forma e dimensão dos espaços, modelados ao longo da história para necessidades e usos que não são compatíveis com algumas das utilizações que hoje lhe são impostas, nomeadamente as relacionadas com o estacionamento e circulação de veículos e com a acessibilidade destes a vãos de edifícios onde hoje é reconhecido o direito de acesso, mas que outrora dariam acesso a veículos de tração animal ou serviam outros usos (comerciais, oficinais, armazém) que implicavam a existência de um vão de maior largura.

O espaço físico dado pelos limites do edificado e a reduzida largura dos agora vãos de garagem, impõem fortes condicionantes às manobras de entrada e saída de veículos nos edifícios. A juntar a esta dificuldade, incontornável no âmbito do presente projeto, temos as diferenças altimétricas entre acessos relativamente próximos. Registam-se desníveis particularmente elevados entre a soleira do n.º 7 do largo e a soleira do acesso às traseiras do n.º 31 da rua Capelo e Ivens (0,65m) e entre a soleira do n.º 1 do largo e a soleira do acesso ao logradouro do n.º 25 da rua Dr. Mendes Pedroso (0,80m).

De entre os acessos de veículos a propriedades particulares a garantir, o acesso do n.º 25 da rua Dr. Mendes Pedroso é o que à partida coloca mais dificuldades à intervenção. Trata-se de uma abertura, constituída por dois portões, um para acesso de veículos e outro para acesso de pessoas, de execução relativamente recente, realizada num muro onde antes existia apenas um acesso de pessoas e que encerra o maior dos quatro pátios que confinam com a da área de intervenção. A construção deste acesso, autorizada pelo Município, que veio a permitir a entrada de veículos no pátio, imporá restrições à correção e reperfilamento da rua, devido não só à referida diferença altimétrica face a soleiras próximas, mas também devido à sua extensão e proximidade ao largo.

Em termos de condicionantes altimétricas, de realçar também o rampeamento de pendente variável existente na interceção da rua com o largo. Este rampeamento, embora vencendo um desnível relativamente reduzido (0,60m), ao desenvolver-se num espaço de pequena dimensão que funciona simultaneamente como adro, acesso de peões, acesso de veículos ao interior do largo e acesso de garagem ao n.º 1 do largo, origina um importante desafio ao desenvolvimento do projeto.

² Custódio *et al.* (1996) *Santarém, cidade do mundo*



Fotos 1. Largo Ramiro Nobre



Fotos 2 e 3. Rua Dr. Mendes Pedroso

Em termos de pavimentos, as necessidades das áreas a intervir são manifestas, as calçadas que revestem a rua e parte do largo são irregulares, incómodas, encontram-se no geral desgastadas, assim como apresentam assentamentos que provocam acumulação de águas, sendo o mais pronunciado o existente em frente ao acesso ao n.º 25 da rua Dr. Mendes Pedroso. Junto ao n.º 1 do largo existe um rampeamento na calçada com uma pendente particularmente elevada que constitui um risco para a segurança na via pública.

O betuminoso que reveste o largo encontra-se desagregado, o que provoca arrastamento de materiais para as calçadas e valetas e já levou à eliminação da quase totalidade das marcas delimitadoras dos lugares de

estacionamento.

Quanto a pavimentos de registo ainda, em razoável estado de conservação, o padrão de calçada preta e branca que marca a entrada da igreja, as faixas de passeio em calçada miúda contida por lancil contíguas às fachadas dos edifícios da zona norte do largo e um pequeno troço de passeio em lajetas de mármore existente no limite nascente da intervenção.

2.3. Bolsa de estacionamento

Embora com fortes condicionamentos de acesso e manobra, o largo encontra-se apropriado na quase totalidade por uma bolsa com 13 lugares de estacionamento, que integrada o sistema de estacionamento tarifado da cidade.

A lotação é claramente excessiva face às características e dimensões do largo. A saída dos veículos que acedem aos lugares de frente é feita com recurso a manobra de marcha atrás o que, conjugado com a reduzida dimensão dos espaços e com o estacionamento abusivo que por vezes ocorre, tem originado alguns embates entre veículos no local. De salientar também a desadequação dos lugares marcados junto à fachada da igreja, que, além de impedirem o usufruto do espaço fronteiro ao monumento, em nada o dignificam.

Com o intuito de procurar perceber qual a procura desta bolsa de estacionamento, efetuaram-se 8 contagens de veículos estacionados, 5 no período diurno e 3 no período noturno. Verificaram-se procuras elevadas, sendo que no período diurno o largo apresenta uma ocupação média de 92% (12 veículos) e no período noturno uma ocupação média de 90% (11,7 veículos). No período diurno em média 9 veículos apresentavam selo de residente, o que indica que serão propriedade de moradores da área.

2.4. Vivências

Em contraste com a imagem de degradação do espaço público, grande parte do edificado que estabelece os limites da intervenção apresenta-se em razoável estado de conservação. Excetuam-se nesta análise dois edifícios na rua Dr. Mandes Pedroso recentemente demolidos devido ao risco de ruína, um fronteiro à lateral da igreja e outro no gaveto com a travessa de S. Silvestre.

Os limites a norte do largo são formalizados por edifícios de dois pisos com função residencial, os quais, conforme anteriormente referido, apresentam ao nível do rés-do-chão, na sua maioria, vãos com dimensão para uso de garagem. Na rua Dr. Mendes Pedroso o edificado apresenta maioritariamente três pisos, com o rés-do-chão afeto predominantemente ao uso comercial ou de serviços.

Com o afastamento das atividades comerciais do Centro Histórico, muitos estabelecimentos, principalmente os localizados em locais com menos visibilidade, maiores dificuldades de acesso e menos fluxos de circulação, como é o caso dos da área de intervenção, têm sido encerrados. No entanto, e tal

como a função residencial onde se tem registado recente dinamismo, também a função comercial e de serviços tem registado alguma retoma, com o surgimento de novos negócios, sendo disso exemplo a livraria infantil e o alojamento local que se estabeleceram na rua Dr. Mendes Pedroso. Neste âmbito de registar também a existência, junto à interceção com a rua Capelo e Ivens, de um café ao qual pertence uma estrutura de esplanada, implantada junto à fachada lateral da igreja, a qual, atendendo às suas características, não constitui um contributo positivo para a imagem do espaço público.

Em termos de vivências da área de intervenção, há, no entanto, que relevar as ligadas à igreja e às atividades por si desenvolvidas, responsáveis por fluxos significativos e utilizações diárias do espaço. A igreja de S. Nicolau é um dos edifícios de culto religioso católico da cidade com maior frequência de celebrações e, nas suas dependências, nomeadamente a que tem acesso pelo recanto norte do largo, funcionam atividades regulares da paróquia. Na rua Dr. Mendes Pedroso, no edifício onde se localiza a residência paroquial, funciona o centro coordenador de catequese de Santarém, frequentado por dezenas de crianças.

Conclui-se assim que, apesar de todas as condicionantes existentes e das precárias condições oferecidas pelo espaço público, a área a intervir apresenta um conjunto de vivências e dinâmicas que por si só justificam o investimento de qualificação preconizado pelo presente projeto.

3. Programa base e faseamento do projeto

O programa base da intervenção dá continuidade aos objetivos estabelecidos no PARU, assim como procura dar resposta às indicações emanadas da reunião de apresentação da proposta para o espaço, realizada com o Sr. Presidente a 15 de fevereiro de 2019.

De realçar também, não só em termos de definição do programa, mas sobretudo na criação de condições para que a intervenção se possa concretizar de acordo com o programa estabelecido, a reunião realizada com o Sr. Presidente e com o proprietário do n.º 25 da rua Dr. Mendes Pedroso, a 05 de fevereiro de 2020, na qual se obteve abertura do proprietário para o desenvolvimento de proposta de alteração altimétrica do acesso ao seu logradouro.

A proposta estudo prévio, aprovada por despacho do Sr. Presidente de 15 de abril de 2020, assim como a presente fase de projeto de execução, foram desenvolvidos com base no seguinte programa:

- Criação no largo Ramiro Nobre de uma área de adro e fruição pública associado à igreja, articulada com os acessos pedonais e de veículos a garantir e com a criação dos lugares de estacionamento possíveis;
- Reperfilamento da rua Dr. Mendes Pedroso para regularização da plataforma da via, beneficiação do sistema de escoamento de águas pluviais à superfície e acomodação dos acessos de veículos ao largo e a propriedades particulares;
- Criação de novas superfícies pavimentadas aptas ao uso pelos vários modos de circulação e acessíveis, em toda a sua extensão, em cumprimento, sempre que possível, das normas técnicas do decreto-lei n.º 163/2006;
- Utilização de pavimentos, modelos de mobiliário e equipamentos de iluminação pública em continuidade com os que se encontram em uso no Centro Histórico e previstos nas várias intervenções que integram o PEDU, com as quais o presente projeto se pretende articular;
- Beneficiação geral da rede de infraestruturas existentes, preconizando-se a substituição das redes públicas de distribuição de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, assim como, das redes de distribuição elétrica, iluminação pública e de telecomunicações, cujos traçados aéreos serão substituídos por subterrâneos.

4. Descrição e justificação das soluções adotadas

4.1. Aspetos gerais

O largo Ramiro Nobre e parte da rua Dr. Mendes Pedroso são marcados pela presença da Igreja de S. Nicolau, edifício com relevante valor patrimonial, gerador de fluxos e vivências no Centro Histórico, que importa valorizar através da criação de um espaço adro e receção ao monumento, dotando-o de condições para que, enquanto local de encontro e interação social, possa assumir a relevância que detém no contexto urbano da zona histórica da cidade.

A criação deste espaço de adro, que terá que se articular e acomodar um conjunto significativo de condicionantes físicas e funcionais existentes, implica a eliminação da maioria dos lugares de estacionamento, situação que aliás teria sempre que acontecer, em maior ou menor número, por razões de manobrabilidade e segurança, qualquer que fosse o programa a estabelecer para a intervenção no largo.

A proposta, ao procurar tornar o espaço convidativo à permanência e à visita, acessível e confortável aos vários modos de circulação, procura ser um contributo a revitalização do Centro Histórico, assumindo-se como um estímulo à reabilitação do edificado, à dinamização económica e à potenciação dos valores patrimoniais existentes.

4.2. Descrição geral das soluções adotadas

A intervenção estrutura-se a partir da formalização de um lajedo de pedra de vidro com limites ortogonais, que procura centrar e focar a intervenção na valorização da igreja e do seu espaço fronteiro.

O lajedo estende-se a partir dos limites da fachada da igreja e apropria-se de uma parte do largo e da rua, procurando, de algum modo, que o adro, face às limitações existentes, não se restrinja à zona junto à igreja, mas que se possa alargar a áreas de circulação e acesso envolventes.

Junto à igreja, em articulação com a escadaria em blocos de pedra que vence o desnível entre o largo e a rua, o lajedo formaliza uma área aplanada de receção, de uso pedonal exclusivo, nivelada com base na cota da soleira de entrada na igreja. A este espaço, que podemos equiparar a um pequeno terreiro, foram associados elementos de estadia e uma árvore que procura contribuir para a amenidade do espaço, totalmente inerte em toda a sua extensão.

Articulada com a plataforma do adro e com a escadaria que estabelece em parte o seu limite, é proposta uma rampa que vence o desnível para a rua, com uma pendente na ordem do 6%. Trata-se, na prática, da extensão da via de coexistência da rua para o interior do largo, de forma a permitir, por um lado, o acesso de veículos aos dois lugares de estacionamento propostos e aos vãos com acesso de garagem e, por outro a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada à igreja e, sempre que possível e enquadrável, aos restantes edifícios do largo.

Para assegurar o acesso dos veículos aos diferentes vãos de garagem do largo, foi necessário integrar no desenho do espaço diferentes soluções de rampeamento, que tiveram em conta não só a viabilidade das manobras de entrada e saída nos edifícios, mas também a possibilidade de se dispor sempre que possível de condições para que os condutores possam manobrar os seus veículos de forma a que a saída do largo e a entrada na rua Dr. Mendes Pedroso possa ser realizada de frente para a interceção e não em marcha atrás, como atualmente acontece, com todas as consequências que daí advêm.

Quanto à rua, a criação de condições de acessibilidade e conforto adequados aos diferentes modos de circulação envolve não só a substituição dos pavimentos, mas também a correção do perfil longitudinal e a alteração do perfil transversal da via.

A correção do perfil longitudinal, visa regularizar a superfície da via, reduzir sempre que possível o desnível do piso face às soleiras dos edifícios e, neste caso particular, a viabilização do acesso de veículos ao largo, à garagem do n.º 1 do largo e ao logradouro do n.º 25 da rua, procurando acomodar a significativa diferença de cota entre estes acessos localizados a uma distância relativamente curta.

Quanto ao perfil transversal preconiza-se a alteração do perfil convexo existente, no qual o encaminhamento das águas pluviais à superfície é efetuado por intermédio de duas valetas laterais mais ou menos definidas, para um perfil côncavo, com pendentes transversais reduzidas, formalizado por uma linha de pavimento em laje de pedra de vidro implantada ao eixo da via, onde as águas pluviais são encaminhadas para os pontos de recolha nela implantados.

Esta linha de pavimento, além do papel ao nível do desenho urbano e drenagem pluvial, poderá ainda em termos funcionais ser utilizada, nos períodos com ausência de chuvas, por peões e velocípedes como faixa de circulação com maior conforto face à calçada.

As correções altimétricas implementadas tanto na rua como no largo não permitiram, em alguns casos, corrigir significativamente o desnível existente entre as soleiras dos vãos de acesso de pessoas dos edifícios e a via pública, o que levou a que tivesse que ser considerada a instalação de um degrau na via em frente a algumas delas.

4.3. Intervenção em acesso a propriedade particular

A diferença de nível entre a soleira do n.º 1 do largo e dos n.ºs 25 e 25A da rua, resultante de intervenções relativamente recentes licenciadas pelo Município, constitui a principal condicionante do projeto. Na ótica da equipa projetista, esta condicionante põe em causa o desenvolvimento do projeto e o cumprimento do programa estabelecido, uma vez que implica, ou a execução de um troço com pendente superior ao admissível na rua Dr. Mendes Pedroso, ou a redução da área de adro a uma estreita faixa, o que em nada dignifica o monumento e o espaço público e contraria um dos principais objetivos do projeto.

Uma vez que no espaço público não foi possível encontrar uma resposta cabal para a condicionante, foi desenvolvida uma proposta de intervenção nos acessos – n.ºs 25 e 25A da rua, a qual foi autorizada e aceite pelo morador e usufrutuário do prédio em causa, através da outorga de declaração escrita que integra o processo.

A proposta tem como objetivo a elevação das cotas das soleiras dos dois portões que compõem o acesso e a sua articulação o perfil da rasante da rua, o que implica a realização de um conjunto de intervenções em domínio privado, que, entre outras, passam pela elevação da padieira/verga do portão, pela instalação de uma soleira/patamar no portão de acesso de pessoas, de uma soleira em rampa no portão de acesso de veículos, pela alteração da pendente do pavimento interior do logradouro junto aos portões e pela colocação de canais de recolha de águas pluviais com grelha nos limites da área do logradouro a intervir.

4.4. Lugares de estacionamento de veículos

Em termos de lugares de estacionamento e pese embora o largo não apresente condições para este uso, optou-se, face à reduzida oferta e à elevada procura existente na atual bolsa de estacionamento, pela integração dos lugares possíveis face às condicionantes existentes.

Entre os dois lugares de estacionamento propostos, um é reservado a pessoas com mobilidade condicionada. As razões para esta opção justificam-se com o facto de a igreja constituir um edifício de uso público, frequentado por várias faixas etárias, incluído a dos mais idosos, e também com o facto de os lugares reservados a este fim, de uso universal, se localizarem a distância considerável (a 150m no largo Manuel António das Neves e a 250m na avenida António dos Santos) e com percursos de ligação ao largo Ramiro Nobre efetuados por intermédio de travessas sinuosas e com piso irregular.

4.5. Viabilidade de acesso de veículos a propriedades particulares

Os acessos de veículos às garagens e logradouros particulares efetuam-se, na maioria dos casos, com várias dificuldades, resultantes do reduzido espaço livre existente para a realização de manobras, assim como as resultantes altimetria existente, designadamente das diferenças de cotas entre soleiras próximas e do desnível entre as soleiras e a via pública que, em alguns casos, é mesmo impeditivo do acesso, que só será possível com recurso a equipamentos auxiliares tipo rampas móveis.

As alterações altimétricas no espaço público e os rampeamentos propostos nos acessos, procuram manter ou melhorar sempre que possível as acessibilidades em causa, sem comprometer, no entanto, os adequados nivelamentos e reperfilamentos que são necessários implementar a toda a extensão da via pública.

Para o efeito efetuou-se um estudo do acesso de veículos às propriedades particulares, o qual incidiu sobretudo no acesso ao n.º 25 da rua Dr. Mendes Pedroso, ao n.º 1 do largo Ramiro Nobre e às traseiras

do n.º 31 da rua Capelo e Ivens. Para a realização do estudo criou-se um modelo de teste correspondente a um veículo tipo de um automóvel ligeiro de passageiros de 5 portas, com as seguintes características/dimensões:

- Comprimento: 4,63m;
- Largura: 1,74m;
- Distância entre a frente ao eixo dianteiro: 0,95m;
- Distância entre eixos: 2,64m;
- Distância entre a retaguarda ao eixo traseiro: 1,05m;
- Distância média do chassi ao solo: 13 a 15cm.

O estudo efetuado permitiu perceber a necessidade de serem executados alguns ajustes altimétricos à proposta, com vista à manutenção ou melhoria significativa das condições do acesso, tendo os mesmo sido implementados em articulação com a rasante proposta nesta fase para a rua Dr. Mendes Pedroso e com a proposta altimétrica preconizada para o largo.

De salientar que não se encontra garantida a acessibilidade às propriedades a todos os tipos e dimensões de veículos ligeiros, apenas se consegue garantir as acessibilidades afetas ao modelo tipo de veículo definido para estudo.

No que diz respeito às manobras com recurso à marcha-atrás para entrar e sair das garagens e logradouros, não foi possível diminuir a necessidade da realização destas, pois os espaços livres para as manobras dependem, essencialmente, do espaço livre entre as edificações.

4.6. Pavimentos

Em termos de pavimentos, a proposta deu primazia a materiais em uso no Centro Histórico e previstos nos projetos em desenvolvimento que integram o PEDU, que apresentem superfícies convidativas e incentivadoras do uso pedonal, mas que suportem, através do seu correto dimensionamento, o trânsito de veículos ligeiros existente.

Neste sentido, optou-se pela utilização da calçada de vidro de tamanho intermédio, a meia pedra, na rua, e em todas as áreas do largo não pavimentadas com laje. Este pavimento utilizado nalgumas travessas do Centro Histórico com intervenção mais recente (Travessa do Montalvo e Beco do Feleijo), além de poder conjugar a utilização viária e pedonal, apresenta as várias vantagens atribuídas às calçadas: pavimento ajustável nas ligações a soleiras a diferentes cotas e relativa facilidade de levantamento e reposição em caso de necessidade de intervenção no subsolo.

Na zona frontal à igreja propõe-se um lajedo composto por peças retangulares de vidro atáija, com uma estereotomia de assentamento que segue os alinhamentos ortogonais estabelecidos pela fachada da igreja. Além de marcar o monumento e contribuir para a sua valorização, o pavimento pretende conferir uma

leitura de unidade à sua frontaria e de primazia do uso pedonal face ao uso por veículos.

A proposta de nova pavimentação envolveu também o estudo das pendentes das superfícies. No largo, além das preocupações relacionadas com acessibilidades e com o nivelamento necessário à estadia e valorização da igreja, houve também que garantir as pendentes necessárias ao eficaz encaminhamento das águas pluviais. Neste âmbito é proposta uma caleira com grelha na rampa de acesso ao largo, a qual, ao recolher as águas pluviais rececionadas a montante, pretende minimizar a ocorrência de caudais elevados de escoamento sobre a rampa, desaconselhados por razões tanto funcionais como de segurança.

4.7. Árvore em caldeira

A árvore que se propõe plantar no largo procura não só fornecer a amenidade climática favorecedora da utilização do espaço, mas também estabelecer, de alguma forma, uma separação física entre a área de adro propriamente dita e os lugares de estacionamento.

Preconiza-se a plantação de um Liquidâmbar (*Liquidambar styraciflua*), espécie que na cidade assume as características de médio porte e que, em termos estéticos, tem como principal interesse a forma singular das suas folhas e o contraste de cor que apresenta no inverno relativamente às restantes estações. Além destas características, e sendo uma árvore de folha caduca, proporciona no período do verão o sombreamento do espaço e no período do inverno permite a entrada de luz.

Procurando garantir o adequado desenvolvimento da árvore, a mesma será dotada de rega automatizada. Para tal será construída, embutida no pavimento, uma caixa de alojamento de válvulas e de contador que fará a ligação ao ramal da rede pública a executar. De forma a reduzir a execução de valas e as necessidades de escavação, propõe-se que a tubagem do ramal de adução seja embebida na laje de betão de assentamento do lajedo do adro.



Figura 2. Contraste de cor das folhas do Liquidâmbar entre a primavera e o inverno

4.8. Mobiliário urbano

O mobiliário urbano proposto segue as linhas em uso na cidade.

Os bancos sem costas preconizados são de linha ergonómica, com dois pés metálicos com acabamento na cor cinza antracite. O ripado do assento e costas será em ripas de madeira.

As papelarias serão metálicas com cinzeiro incorporado, com tampa em base em betão e acabamento na cor cinza claro. O modelo proposto, que se encontra em uso no Centro Histórico, adapta-se aos seus arruamentos e espaços exíguos, uma vez que permite ser instalado encostado a paredes e fachadas.



Figura 3. Modelos de banco e papelaria propostos

5. Peças desenhadas

00	Planta de localização	1:2000
01	Levantamento topográfico	1:200
02	Plano geral	1:200
03	Planta de trabalhos - cores convencionais	1:200
04	Plano de implantação planimétrica	1:200
05	Plano de implantação altimétrica	1:200
06.1	Pormenores de construção	1:20
06.2	Pormenores de construção	1:20 1:10
06.3	Pormenores de construção – intervenção em acesso particular	1:20
07	Plano de pavimentos e mobiliário urbano	1:200

Santarém, junho de 2020

O técnico

JOÃO ANTÓNIO
FERREIRA DUARTE

Assinado de forma digital por
JOÃO ANTÓNIO FERREIRA DUARTE
Dados: 2020.07.17 15:33:22 +01'00'

João Duarte, arquiteto paisagista
APAP n.º 645